Boletim da Associação 25 de Abril
N.º 61 / Novembro 2000 a Janeiro 2001
Distribuição gratuita

O Referencial

Editorial

Vinte a cinco anos passados sobre o 25 de Novembro de 1975, a efeméride continua a ser polémica e a evidenciar as feridas que se haviam aberto e que nessa data se agravaram, entre os militares do MFA. Polémica que tem expressão nesta e na anterior edição de *O Referencial*.

Ultrapassado o clima de maior crispação em que se radicalizaram posições e antagonismos, que separou camaradas, amigos, companheiros que se haviam juntado em torno de um ideal comum, verificou-se , ao longo dos últimos vinte anos, uma reaproximação, um reagrupamento, a recuperação da capacidade para reflectir mais racionalmente e com menor paixão, sobre o complexo, mas também riquíssimo, período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril. Teve aí papel importante a A25A.

Mas é óbvio que persistem interpretações contraditórias sobre o 25 de Novembro: sobre o que foi, sobre as suas causas, sobre as suas consequências.

Os debates e a ampla cobertura jornalística não trouxeram grandes novidades. Talvez a de mais impacto tenha sido as revelações do levantamento que estava preparado para 30 de Novembro, a partir do Norte do País e da vizinha Espanha, implicando sectores radicais da Igreja, o MDLP, militares do "24 de Abril" e contando com a intrigante cumplicidade de dirigentes partidários. Este plano, que provavelmente seria o acto culminante do autoproclamado "Maria da Fonte", teria sido frustado pela prematura saída dos páraquedistas de Tancos em 25 de Novembro e por o controlo da situação ter sido assumido pelo Presidente da República e pelo grupo de crise centrado no Grupo dos Nove. A ser isto verdade, então confirmar-se-ia o papel de amortecedor que desempenhou o Grupo dos Nove, mas justificar-se-ia uma nova leitura sobre os páraquedistas, cuja saída teria feito abortar o que poderia ter sido uma autêntica "pinochetada" de trágicas consequências.

Confirma-se também que uma fronteira separa os que se assumem como " militares de

(Continua na pág. 18)

Armando Isaac

O nosso associado Armando Isaac é economista e director de uma instituição de crédito, tendo como passatempo predilecto dos seus tempos livres a fotografia, à qual se tem dedicado como forma de expressão artística.

Para o efeito construiu na sua garagem um pequeno laboratório, onde executa integralmente os trabalhos a preto e branco, desde a revelação à positivação.

Tem obtido variadíssimos prémios e menções honrosas atribuídos a trabalhos a p & b e a cores, em Portugal e no estrangeiro, dos quais salientamos o 1º. Prémio (cor) no 1º. Concurso Fotográfico da revista Volta ao Mundo; medalha «Imagens sem fronteiras» (p & b) na Biennal Mondial de Photographie – Bélgica; medalhas Racal e Prémio Cidade de Silves (p & b) no Salão Internacional de Arte Fotográfica do Algarve e o 1º. Prémio (diapositivo cor) no 2º. Concurso Photo Amateur – Mably – França.

Participou em várias exposições conjuntas e colectivas, tendo realizado igualmente algumas exposições individuais, exclusivamente a p & b, a última das quais foi realizada nos Recreios Desportivos da Amadora, integrada na VI Bienal de Fotografia de Vila Franca de Xira.

Várias fotografias suas foram reproduzidas em jornais e revistas.

Este nosso associado tem vindo a desenvolver, desde o início do ano de 2000, um projecto a cores sobre graffitis, tendo já recolhido, para o efeito, mais de oito centenas de fotografias, entre as quais se inclui a presente.

É com imenso agrado que publicamos a foto que nos enviou, representativa de mais uma nova forma de expressão artística e alusiva ao 25 de Abril, executada por uma *crew*, ou seja um conjunto de jovens que se dedica a esta forma de manifestação plástica, representando os símbolos de uma revolução libertadora, que estes certamente não viveram porque provavelmente ainda não eram nascidos. •

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 - 125 Linda-a-Velha

DIRECTOR
Pedro Pezarat Correia

DIRECTOR-ADJUNTO
José Cardoso Fontão

EDITOR
Mário Figueiredo

ENDEREÇOS
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Telef. 21 415 3720
Fax 21 419 8130
E.mail: a25a.sec@25abril.org
2795-125 Linda-a-Velha

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/c Esq.
Telef. Fax: 22 203 1197
4050-092 Porto
Apartado 4678 - 4012-001 Porto
E-mail: a25a_norte@hotmail.com

Delegação de Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação de Canadá
153 Hamilton St
Toronto - Ontario - M4M 2C9

Núcleo do Algarve
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 Faro

Núcleo de Castelo Branco
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

IMPRESSÃO
Tip. Escola ADFA Rua Artilharia Um
Telf. 21 385 3593
1070 Lisboa

TIRAGEM: 4500 exemplares

Distribuiçao gratuita

Depósito Legal nº 32998/89

Capa: "25 de Abril de 1994" (pormenor) - Estudo para um mural em 1994.
autor: João Luís Pereira de Castro

Editorial 1, 18 e 20

A Noite dos Mistérios 4 e 5

Ainda o 25 de Novembro 6 e 7

Honrar a palavra dada ao povo português 8 a 11

Delegação Norte 12 a 14

Da Direcção 15 a 18

Vamos Aprender Bridge 19

A Direcção apela a todos os associados para manterem actualizadas as suas quotizações

Para pagamento das suas quotas
Envie Cheque – ou Vale do Correio –
endereçado para «Associação 25 de Abril»

Faça transferência bancária:
BTA – Conta 11579948/001
CGD – Conta 0937012770430

A Noite dos Mistérios

José Cardoso Fontão

Atingiu o clímax com os Salvadores Nacionais apareceu um general, suposto brigadeiro a que deitáramos a mão nessa manhã.

O Batalhão, apesar de ser de Infantaria, sempre mereceria algum pequeno encómio (...) o pobre desapareceu de cena.

Lídia Jorge, que tão bem dissertou sobre o ***Dia dos Prodígios***, não sabia, ou fingiu que não sabia, da noite que esteve por detrás deles.

Só libertando-se das trevas os prodígios podem ter descido às ruas de Lisboa, nítidos e luminosos.

No coração da noite nada é transparente e não há milagres. Uma azinheira ou uma chaimite são sombras como outras quaisquer e os poderes ocultos trabalham pela calada, trocam-nos as voltas, com a mentira nos encantam.

Por alguma dessas razões, ***Óscar***, ou o Diabo na vez dele, nos convocou para aquela madrugada fantasmagórica de Abril. Com «Grândolas» e outras músicas, a sensação de que o real e o virtual andaram ali de cambulhada insinuou-se desde as primeiras horas e atingiu o clímax quando entre os ***Salvadores Nacionais*** apareceu um general, suposto brigadeiro a que deitáramos a mão nessa manhã, ou seja, não sei se do lado autêntico, se do outro, prendêramos o nosso comandante geral.

Conhecem alguma revolução em que se comece por trancar o chefe dela?... Ou foi muita burrice, ou não terá sido bem assim!...

E que quartel nosso era ele? Nada menos do que o Batalhão de Caçadores 5, com tradição de muito fiel ao gentil ditador Salazar, o qual chegou a ter lá um quartinho preparado para as primeiras emergências do Estado Novo. Poderia tão leal batalhão morder a mão do dono?...

Constava que sim, que se passara para o lado dos vende-pátrias, que trabalhou para garantir uma Voz da Revolução, para surripiar o principal posto de comando à brigada do reumático e até para guardar a casa ao chefe do *Grande Clã* político-militar desse tempo.

Sendo assim, o Batalhão, apesar de ser de infantaria, sempre mereceria algum pequeno encómio, umas palavrinhas de conforto e simpatia.

Pois não, o pobre desapareceu de cena como os traidores à classe operária desapareciam das fotografias na tribuna do Kremlin.

Ele não saiu só da foto, saiu do mapa, feito arrecadação da Guiné, humilhado, extinto.

Tendo deixado de crer na justiça máxima, acredito ainda na mínima. Far-lhe-iam tanta guerra se a Revolução lhe devesse alguma coisa?

Tirei-me de cuidados e fui investigar.

Aprendi com a Agatha Christie que se deve começar pelo local do crime. Desci a Campolide e, se lá houve um daqueles quartéis piolhosos do tempo da outra senhora, tal não parece, olhando para o que lá está, um centro universitário todo apinocado. Ainda bem.

Ora digam-me, se dali tivesse saído a tal malta que ajudou o Salgueiro Maia a entrar em Lisboa todo lampeiro, não haveria lá uma qualquer placazinha a dizer: *Nesta casa se conjurou uma tropa fandanga que ajudou a virar o país do avesso?*... As fornadas de jovens que frequentam agora o local até achavam piada e lembravam-se de que a **Liberdade** não cai do céu como o maná.

Era coisa simples se fosse verdade, mas como a lógica não é uma batata, empreendi no aprofundar das investigações a fim de tirar as poucas dúvidas que restavam. Para isso, nada melhor do que a Internet.

Em boa hora o fiz, logo me caiu no *desktop* um *site* do ***Centro de Documentação 25 de Abril***, o máximo, dizem, para consulta do tema e que logo me prometeu um relato hora a hora. Exultei, finalmente, regressaria a um tempo confirmado e real. Confesso que excedeu a minha expectativa, porque, se do falso Batalhão e de ter estado plantado no meio de Lisboa, nada dizia, como era de esperar, lá constavam as greves académicas, a fundação do Partido Socialista e muitas outras coisas que ninguém supunha terem sido planeadas pelo ***Óscar***.

Depois, tendo entrado nas novas tecnologias e ouvindo falar na ***Maleta Pedagógica***, de chancela oficial, verdadeiro guia cor de rosa das novas gerações, nem hesitei, pensando que jamais iriam mentir às crianças e aos jovens.

Peguei no *CDROM*, fiz o *download* e preparei-me para o veredicto final, uma meia surpresa, não quantò ao batalhão de Caçadores 5, definitivamente virtualizado, mas quanto ao RCP, onde apareceu uma ainda mais misteriosa companhia de caçadores vinda de Santa Margarida.

Já com as buscas encerradas e mais do que convencido, saiu-me no ***Diário de Notícias***, de borla, um primeiro CD dos ***Cravos na Rádio*** que, receosamente, fiz correr, não fosse ele desfazer tudo outra vez e voltasse eu às inquietações.

Começou animosamente a descrever como saiu a Revolução à rua e o António Reis com grande riqueza de pormenores bem descreveu a aparatosa movimentação da Escola Prática de Administração Militar, do Gaspar e do Bento, depois o Costa Neves foi no seu encalço, contando a novela nos estúdios do Rádio Clube Português e, finalmente, o Otelo, no seu jeito descontraído, trouxe apontamentos sobre os homens do PC (salvo seja, Posto de Comando) e das operações que conduziu com o Jaime Neves, o Salgueiro Maia e o Almada Contreiras.

Falaram dos homens de Santarém, dos que iam a caminho de Coimbra (outro mistério) e do Centro de Instrução de Operações Especiais. As tantas, descobriram tropas no Governo Militar de Lisboa mas tiveram o cuidado de não as identificar, o que mostra bem a trapalhada que lá grassou. A tal hora, onde andaria o pobre do Bicho Beatriz que, supostamente, deveria ter ocupado esse objectivo crucial?

E foi quase tudo, mas falta o principal. No meio apareceu uma longa palração, imaginem, do projeccionista do Tivoli, com honras de figurar na galeria dos eleitos por ter passado *A Golpada* na noite dos trocadilhos. Quase corei de vergonha, julgando adivinhar uma subtil referência ao nosso infeliz batalhão. O pior estava ainda para vir quando, de repente, o Costa Neves voltou

à liça para falar dos incómodos que teve quando o BC 5 desatou a prender polícias. Que diabo, pior do que não ter papel, seria o de ter saído à rua nessa causa.

Mais enganos, concluo eu, porque o BC 5 esteve em qualquer outro lado,menos ali. Se lá tivesse estado, os homens da rádio esqueciam-se do presumível comandante de companhia, tenente Mascarenhas, o miliciano com missão de maior responsabilidade em todo o 25 de Abril?!... Ainda por cima é hoje, também, um homem da rádio !...

A lógica não é uma batata.

Entretanto, ao arrepio de tudo isto, a SIC deu à luz um filme que alinha na versão aparentemente realista e rigorosa. Alguém acredita nela? Fitas são fitas!.... Veja-se a Maria Medeiros que optou pela versão hiper-realista, onde até as chaimites serviram para coisas que não passariam pela cabeça do militar mais libertino!...

Posto isto, tudo se torna coerente.

Tinha razão o general Spínola ao excluir-nos da sua consabida e extensa lista de ***roncos***, os quais lhe mereciam uma desvelada atenção, ainda que fossem nos maiores cus de judas da Guiné.

Tinha razão, ele ainda, ao enaltecer os das Caldas, dandonos de ricochete lamiré de traidores, sapo que nos custou a engolir porque andávamos virtualmente iludidos.

Tinha razão o grande Mário Soares que nunca se engana, isto é, não foi ele que disse isto, mas digo eu feito Cavaco Silva. Pois não veio ele garantir que o verdadeiro 25 de Abril foi o do Spínola, sapíssimo que nem com muito vinho tinto nos escorria pela garganta e agora já engolimos a seco?

Tinham razão as novas estrelas que despontavam por todos os lados, generais, deputados, ministros, conselheiros, lilis caneças, dom duartes, os quais bem se borrifaram para nós.

Nesse tempo, só nos ligaram homens como o José Afonso, outros poetas e, honra lhe seja feita, o Dr. João Soares que era muito novo e se deve ter perdido um pouco.

Vejam-se esses grandes senhores da democracia que são os Presidentes, mãos largas de ordens e comendas, efusivos homenageadores. Algum deles, no seu imposluto juízo, perdeu tempo com uma tropa que se gabava de ter saído às três da manhã para lhes ajeitar o poleiro?

Ainda se compreende da parte dos generais Spínola e Eanes que tinham o 25 de Abril lá deles e até do Dr. Mário Soares que tem uma gaveta muito funda, agora, quanto ao Dr. Jorge Sampaio que estava a fazer ó-ó mais a Dona Maria Rita a dois passos do sítio onde nos competia estar, ele ia esquecer-se disso?

Confesso que subscrevi a sua candidatura, contando que desse cabo destes mistérios. Não vi sinais disso, coisa que me custou a entender até quando o cumprimentei fugazmente e ele me perguntou se estava em Macau. Como não sou abanador da árvore das patacas, tomei a deixa como subtil sugestão de fugir com o batalhão para o mais longe possível, de tão maléfico que seria.

Que conclusão ou ideia posso eu ter no fim desta encabulante situação?

Só vejo duas interpretações possíveis.

Uma, mais modernaça, que mete o *Tarot* pelo meio, várias videntes e dimensões extra-sensoriais, fez-nos desaparecer nessa noite e andou o diabo a trabalhar para depois se divertir com o PREC.

A outra, mais convencional, tem a ver com o maestro dessa grande noitada.

Uns dias antes tinha-nos sido atribuído um objectivo – o quartel do Carmo – que, se não sonhei, fomos reconhecer e pensamos cercar à moda da infantaria, com isolamento da área, barricadas nas ruas etc. Lá se ia o Marcelo não sei para onde, o zé povinho não se tinha pendurado nas árvores e nas chaimites, um verdadeiro desastre para a poética da revolução!....

Tal intenção deve ter preocupado ***Óscar*** e não lhe agradou ver em risco todo o efeito teatral da cena.

Tinha-nos ele garantido o recebimento da ordem de operações com 48 horas de antecedência, o que parece ter acontecido de um modo geral, e bem precisávamos delas para não sairmos à trapalhona. Até o Carlos Brito se veio gabar de ter sabido nessa altura!... e então nós ficamos todo o dia 23 a jogar aos dados, a ver o telejornal e a passar pelas brasas?

Com certeza, ***Óscar***, depois de nos trocar os objectivos, manobrou de modo a sabermos o mais tarde possível e, terá magicado alguma tramóia do género de ser deitado algum pó na sopa do rancho, o que nos deixou atarantados.

Mandou sair Infantaria 1, que injustamente passou por ter borregado, disfarçada de Caçadores 5. A prova disto é que, na comemoração dos 25 anos, quiseram que fossemos ao quartel deles fazer a festa, o que, ingrato, levei a mal.

Quem, verdadeiramente, borregou, fomos nós. Como?... Não sei.

O certo é que isso deu uma grande confusão, baralhou os ministros e a brigada do reumático, descansadinhos quando já havia tropa na rua. Com esta e com outras se levou a coisa avante, como todos sabem.

O resto é história, quem a fabrica, fabrica-a bem porque sabe o que quer.

E os historiadores onde andam eles?... Ah!... É verdade!... andam a distanciar-se... o distanciamento é que é bom!... Daqui a duzentos anos vitão dizer que não foi assim, nem assado, mas daqueloutro. Para que servirá isso?

Viveríamos melhor sem eles?.... Talvez o presente e o futuro ganhassem todo o esplendor que merecem. •

O certo é que isso deu uma grande confusão, baralhou os ministros e a brigada do reumático, descansadinhos quando já havia tropas na rua.

Advertências:

1 - A leitura deste texto teve lugar, a 24 de Maio de 2000, no IPJ, (colóquio "O 25 de Abril - Génese e Eclosão" das Associações Mátria e Forum Libero Animo), precedida das seguintes elucidações:
Pedia-se um testemunho pessoal e fugiu-se um pouco à rotina descritiva. Recorreudo à ironia, a ideia foi de reflectir sobre o modo como se faz História e também sobre o papel das novas tecnologias, as quais, ao contrário do que seria de supor, em vez de conferirem rigor ao registo dos factos, podem reforçar e repercutir os erros.
As referências pessoais, quer do lado militar, quer do lado político, foram de mera necessidade para a construção do texto.
2 - Após essa leitura, verificou-se que alguns esclarecimentos se tornavam indispensáveis ao entendimento dos mais novos já alheados do contexto, a saber:
Óscar, foi o nome de código do Major Otelo Saraiva de Carvalho, coordenador da acção.
A Junta de Salvação Nacional, na noite de 25 de Abril, foi chamado o Brigadeiro Jaime Silvério Marques (novo Chefe de Estado Maior do Exército) e que fora por nós detido, nesse mesmo dia, por ordem do Posto de Comando.
O BCS, aquartelado em Campolide, teve dois objectivos à partida, assegurar o cerco e defesa das instalações do RCP junto ao alto do Parque Eduardo VII; cercar e ocupar o Quartel General do Governo Militar de Lisboa em S. Sebastião da Pedreira. Adicionalmente, no decorrer da acção, garantiu a segurança da residência do general Spínola em Gomes Freire e da área de serviços em torno do Quartel Mestre General, à Rodrigo da Fonseca. O Batalhão foi desactivado poucos meses depois do 25 de Abril e, mais tarde, extinto.
O 25 de Abril foi precedido de uma tentativa gorada com o Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha e oficiais afectos ao general Spínola.
O Regimento de Infantaria 1, cuja saída estava prevista a nosso favor, não o fez. Em calão militar, borregou.
Roncos é um termo que, na Guiné, significava êxito operacional.
3 - Recentemente soube-se que o BC 5 vai ser homenageado em Abrantes no próximo mês de Novembro na Unidade herdeira das suas tradições (RI 2).

Ainda sobre o 25 de Novembro

Luis Manuel Vicente da Silva

Habituado a uma periódica colaboração de Loureiro dos Santos no ***Diário de Notícias****, normalmente reflectindo sobre interessantes assuntos relativos à Defesa Nacional e consequentemente com a sua componente militar, muito estranhei quando em 12OUT00 surge, com quase mês e meio de antecedência, um artigo de sua autoria relativos aos vinte e cinco anos do 25 de Novembro.*

Memórias de Abril

Tratava-se decerto, como adiante se justifica, de todo um conjunto de premeditadas actividades que interessava desenvolver no sentido de não ser apenas o 25 de Abril a merecer as honras da História.

De facto, em 20 ou 21 de Junho, tendo sido telefonicamente contactado por um camarada da Armada e assessor principal da Câmara Municipal de Oeiras para participar, com outros militares, numa exposição de artes plásticas promovida por aquela autarquia, aceitei o convite ficando entretanto a aguardar os "pormenores" que me seriam enviados pelo correio. Qual não foi o meu espanto quando dois dias depois tomo conhecimento, através do ofício que me foi dirigido, que a referida exposição estaria incluída numa larga iniciativa destinada a comemorar o 25º aniversário do 25 de Novembro de 1975.

Claro que na volta do correio, amavelmente, declinei a presença do meu nome em tal manifestação artística.

Mas voltando ao artigo em questão e conforme no mesmo se refere, dada " a possibilidade de todos podermos exprimir livremente as nossas opiniões", graças a uns capitães que derrubaram a velha e criminosa ditadura, seria desonesto da minha parte esquecer que de facto, não "ao fim de pouco mais de um ano" mas apenas passados uns dias, "dada a inexperiência de vivência política de muitos e a capacidade de manifestação de poucos", assiste-se ao início de certa desagregação no meio militar – sobretudo no Exército – onde Spínola e seus aliados, incluindo saudosos do 24 de Abril e apologistas dum regime fascista, vão minando a tão frágil estrutura montada pós-Revolução, numa tentativa de afastar os incómodos capitães e tomar o poder. E são estas manobras que vão despertar importantes movimentações populares, em apoio do MFA, derrotando, em 28 de Setembro e no 11 de Março, os golpes de uma direita revanchista onde se evidenciaram muitos oficiais, porventura os mais ligados à brigada do reumático, que se esforçaram numa actividade contra-revolucionária de certo vulto.

Portanto, vem muito detrás uma grave divisão entre militares, sendo assim cada vez mais precárias as tentativas para o prometido cumprimento do Programa do MFA embôra, também, as principais forças políticas de então apresentassem nos seus programas a via socialista como o desejável caminho no sentido de garantir um melhor futuro aos que até aí tinham sido esquecidos.

Afirmar apenas que o MFA, no seu Programa, "tinha-se proposto concretizar um programa de democratização do País", será pouco correcto e ainda mais discutível quando se acrescenta que por não ser cumprido, "a maioria da população [...] expressava, por vezes violentamente, desilusão e revolta".

Todos temos conhecimento dos erros e exageros cometidos nesta ou em qualquer outra revolução, mas julgo não ter havido nada de semelhante ao sucedido no 25 de Abril de 1974 em Lisboa, onde infelizmente os quatro mortos civis e vários feridos foram devidos a um criminoso acto cometido por agentes da polícia política – PIDE – que estranhamente não consta terem sido julgados por tal violência, não havendo quaisquer incidentes por parte dos militares. E quando é referido o afastamento do "grosso da população [...] da direcção política predominante", (decerto referindo-se às forças de esquerda) por não concordarem "com o curso dos acontecimentos" esquece-se, de como políticos e até militares do restante espectro político, para fazer vingar uma possível conquista do poder, até aos seus extremos, incluindo o empenho da parte mais conservadora da Igreja e vários apoios estrangeiros, além das tais demagógicas "manifestações gigantescas [...] com o Partido Socialista na primeira linha", tenham permitido (ou accionado) uma cobarde onda de violência ao longo do País, destruindo à bomba e incendiando as sedes dos seus opositores, matando os que conseguiam escapulir-se sem que, tal como no caso dos pides, alguém respondesse por tais crimes! O efeito de quarenta e oito anos de acção psico-

lógica contra tudo que cheirasse a "comunismo" conduziu a estes resultados.

Tem reafirmado Loureiro dos Santos que a saída dos pára-quedistas para ocuparem várias instalações da Força Aérea se deve à possibilidade de então exigirem " a substituição dos conselheiros da Revolução pertencentes à Força Aérea por outros, que garantiriam a maioria, neste importante órgão, das posições que o Partido Comunista defendia".

Dos vinte conselheiros, existentes na altura, seriam na realidade quatro da Força Aérea, que se admite serem substituídos por outros tantos afectos à linha do Partido Comunista e nomeados pelo orgão competente para o efeito. Seriam de considerar afectos à mesma linha os cinco conselheiros que acabaram por sair no rescaldo do 25 de Novembro. Restando onze, onde oito seriam nitidamente favoráveis ao Documento dos Nove, restaria adivinhar as tendências dos restantes três, sendo um deles o CEMGFA.

Será possível nestas circunstâncias avançar com tão categórica dedução? Ramalho Eanes e Otelo Saraiva de Carvalho (*Público* de 19NOV00) "a nomeação de Vasco Lourenço para comandante da região Militar de Lisboa" e "a sua saída (de Otelo) da Região Militar de Lisboa".

Mas como se entende que uma força de elite, disciplinada e organizada, com largas provas dadas, chegasse a tal ponto de ruptura com habitual hierarquia? Decerto terão que ser levados em conta os amargos sofridos no 28 de Setembro, no 11 de Março e no 7 de Novembro (Rádio Renascença), sendo considerados como contra-revolucionários pelos populares que assistiram às suas acções naquelas datas, e curiosamente, só no 25 de Novembro também assim serão conotados nos diversos comunicados do EMGFA e da Presidência, onde ainda era acrescentado que prejudicaram a edificação da justa sociedade socialista que era ambicionada, que tentaram entravar o processo de avanço para o socialismo, etc., etc. …

E não será estranha à tomada daquela atitude " a retirada dos (123) oficiais e sargentos pára-quedistas democráticos de Tancos" – e também democráticos quando do 11 de Março? Bem como as provocações da hierarquia fazendo cessar todos os apoios logísticos e financeiros à Base Escola, a passagem à disponibilidade das praças e na noite de 24 para 25 a dissolução da própria Unidade? E a resposta que os ditos moderados pretendiam, não se fez esperar, sem darem um tiro, mas com determinação, vão mais uma vez demonstrar, como pretendiam, que, sem oficiais, continuariam sempre a construir uma tropa de elite, embora revoltada. Surge assim "o golpe de força que os militares moderados há muito previam, para o qual tinham sido preparados planos adequados" que de imediato foram postos em prática. No entanto, não foi apresentada qualquer resistência uma vez que nada fora programado para o efeito, o que se torna bem visível pela atitude dos militares que, apanhados de surpresa e demonstrando a inexistência de qualquer cadeia de comando, depressa aceitaram as ordens do chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, caindo por sua vez qualquer possível actuação de civis armados, em ambos os campos.

E assim lá se foi embora o 25 de Abril e o seu esperançoso Programa do MFA para, passado bem menos de um ano, ser metido o socialismo numa gaveta donde as tais poderosas forças económicas não permitirão a sua saída, a não ser por milagre…

Voltando às iniciativas da Câmara Municipal de Oeiras para as quais recebi convite oficial, achei interessante comparecer no encontro " O 25 de Novembro e os militares". Casa cheia, como era de esperar. Atentamente ouvi os relatos sobre o acontecimento por parte de responsáveis pelo mesmo e que na mesa representavam os três Ramos das Forças Armadas, bem como o ex-comandante do extinto COPCON e outros elementos indicados no Programa. Retive da comunicação relativa à Força Aérea toda a história passada com os pára-quedistas vista pelo seu representante de forma azeda e sem perdoar, sendo esquecidas partes importantes relacionadas com as provocações que incitaram para aquele desfecho. Quanto à Armada, salienta-se a afirmação de que apenas 50% dos efectivos seriam afectos à linha do PCP mas que a hierarquia sempre teve peso: o que não aconteceu na situação anteriormente descrita.

Naturalmente que a parte do Exército, ramo a que pertenço e assunto que pela minha antiguidade melhor conhecia, foi apresentada de forma célere, tipo fita do tempo, descrevendo várias actividades operacionais por vezes com pitorescos apontamentos como os fantasmas de gonçalvistas em toda a Zona Militar Sul, na Escola Prática de Cavalaria de Santarém, excepto Estremoz e a sua Cavalaria que se cobriu de glória quando o Esquadrão de Reconhecimento no trajecto para Porto Alto, enfrentando uma manifestação de populares comunistas, foi salvo pela manifestação de elementos do CDS e PPD arrebanhados à pressa, isto às 04H00, que os pôs em fuga. Claro que o dito Esquadrão nunca foi travado, conforme me informei, não tendo sequer assistido aos relatados confrontos em Vendas Novas…

De sinal contrário o Esquadrão de Carros de Salgueiro Maia que demorou muito a chegar a Lisboa por causa dos ditos e abomináveis gonçalvistas. Perece-me compreender, agora as dificuldades porque passou posteriormente este emblemático capitão da Revolução dos Cravos devido às conjunturas ali formuladas.

Na realidade, não houve ali qualquer reflexão, antes alguma arrogância e hostilidade, ao ponto de um dos oradores, dirigindo-se a Otelo, afirmar que as palavras que iria proferir correspondiam a duas bofetadas na cara… e isto na presença do representante do Presidente da República! Chamei a atenção, pelo microfone, do esquecimento dos valores militares – a camaradagem e a lealdade. Acho que ao fim de vinte e cinco anos seria possível e desejável outro comportamento. Lastimo-o. •

A missão das Forças Armadas no 25 de Novembro

Honrar a palavra dada ao povo português

António Ramalho Eanes

A sociedade tem - tem sempre - necessidade de os seus membros se responsabilizarem, activamente, pela sua integração, conservação e desenvolvimento.

A esta responsabilidade, cultural e eticamente irrecusável, que tudo tem a ver com o homem-cidadão e, inerentemente, com a Sociedade Civil que o integra e humaniza e com o Estado que a ambos deve servir, se chama responsabilidade social.

Terá sido esta responsabilidade que, consciente ou intuitivamente, conduziu ao 25 de Abril.

A demonstrá-lo está, no essencial, o próprio Programa do MFA. Desde logo porque o percorre com singular evidência o sentimento de recusa a quaisquer novos e iluminados administradores da salvação nacional.

Na verdade, no Programa explicita-se textualmente que o governo de transição será civil, "(...) será composto de personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes."

Com esta declaração de valor eticamente contratualizante, por parte do MFA relativamente à Sociedade Civil, a Instituição Militar mostra, pela primeira vez na conturbada história portuguesa pós-liberal, que é capaz de aceitar sobrepor, à sua preocupação institucional de competência e ao seu preconceito institucional de eficácia, a decisão soberana da Sociedade Civil.

Na verdade, a ela entrega, voluntariamente e sem reticência, a árdua tarefa da gestão do público, de perseguir o bem comum, assim lhe concedendo espaço, tempo e responsabilidade para se politizar e, a partir daí, se poder relacionar harmoniosamente com o Estado, já privado, então, do habitual monopólio do público.

Coerentemente, o Programa explicita também, textualmente, "(...) o anúncio público da convocação no prazo de 12 meses de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio directo e secreto (...)." Esta outra promessa, de sentido também contratualizante, baliza:

- o caminho a percorrer para transformar os portugueses, de súbditos dirigidos, tutelados e indoutrinados, em cidadãos autónomos, dispostos ao risco e à responsabilidade de assumir e liderar o seu destino, assim se abrindo campo à reconstrução de uma Sociedade Civil de exigência, que Raul Proença, entre outros, tão bem teorizou;

- o percurso curto, difícil, mas libertador, tendente a levar de um Estado autoritário de partido único à democracia do Estado de Direito, constitucional e pluralista, portanto.

Foi ainda a mesma responsabilidade social, consciente ou intuída, que levou um largo grupo de militares, maioritariamente responsáveis pelo 25 de Abril, a dizer não à perversa deriva política que o então chamado Processo Revolucionário Em Curso (PREC) consubstanciava.

A esta responsabilidade social que, só por si, tornava imperativa a passagem à acção correctiva dos desvios introduzidos pelo PREC, juntava-se, naturalmente, a resultante da palavra dada pela Instituição Militar à Sociedade Civil. Por questões de honorabilidade, não podia a Instituição Militar, reencontrada consigo e com o País no 25 de Abril, deixar de respeitar promessas que voluntariamente fizera e cuja satisfação era exigida pela correcta e democrática relação que sempre deve existir entre a Sociedade Civil e as suas Forças Armadas em democracia.

Responsabilidade social e, também, respeito pelas promessas feitas à Nação, que não poderiam ter deixado de levar largo grupo de militares e civis a passar à acção no que ficou conhecido por 25 de Novembro.

Fizeram-no com a preocupação e propósito de repor no essencial as promessas de Abril, assim contribuindo para dignificar a Instituição Militar e, mais importante ainda, restaurar uma comunicação inter-pessoal confiante, autêntica, na sociedade portuguesa, que recusasse excluir da cidadania qualquer um, já que a ela todos têm direito natural, indeclinável portanto.

É aliás, ainda, este mesmo sentimento de responsabilidade social que me leva a aceitar colaborar nesta comemoração do 25 de Novembro. Comemoração que, desde o início, pretendemos que não fosse nem personalizante nem nostálgica e, muito menos, provocatória. Aceitamos, aliás, prestar essa colaboração na esperança de que a memória do 25 de Novembro fosse democrática e activa e que assim outorgasse, aos portugueses interessados, o esclarecimento das razões de desacordo e das posições e acções de confronto.

Se assim tivesse sido, como se pretendia, esta comemoração teria sido um tempo de reflexão inter-comunicativa autêntica, que não excluiria ninguém, independentemente das posições assumidas no 25 de Novembro.

Com esse propósito de justa recordação e reflexão se apelou à participação de todos.

Infelizmente não se conseguiu alcançar esse propósito. Não tivémos um debate sereno e completo das razões que levaram ao 25 de Novembro, que levaram - creio que, em geral, hones-

Comemoração que, desde o início, pretendemos que não fosse nem personalizante nem nostálgica e, muito menos, provocatória. Aceitamos, aliás, prestar essa colaboração na esperança de que a memória do 25 de Novembro fosse democrática e activa e que assim outorgasse o esclarecimento das razões de desacordo e das posições e acções de confronto..

tamente - portugueses a confrontarem-se com portugueses, não com as armas da democracia, mas com as armas da guerra. Não se clarificou assim inteiramente esse tempo que, por pertencer já à memória colectiva (tradição), a todos pertence e que teria sido salutar reflectir em conjunto, sem ódios ou mesmo inimizades que o tempo, a Sociedade Civil e a democracia repudiam.

Poderia ter sido - e não foi - um estímulo à imaginação democrática contemporânea, para os mais jovens colherem ensinamentos de futuro, na tradição colectiva próxima.

Não será contudo esta falha, que não quero imputar a ninguém, que me impedirá, à semelhança de vários outros militares e civis que aqui me precederam, de apelar à serena reflexão sobre o 25 de Novembro e seu balanço político-militar.

No tempo em que se preparou e decidiu o 25 de Abril, optaram os militares responsáveis pela via democrática.

Estabeleceram como carta constitucional provisória, vigente até à aprovação da Constituição a elaborar pela Assembleia Constituinte, o Programa do MFA. Tratava-se de "(...) um resumo, sóbrio e actualizado, de todos os documentos que a oposição conseguira publicar (...)" durante o consulado salazarista e de Marcelo Caetano. Era obrigação dos órgãos de direcção e gestão política instituídos pelo MFA exercerem temporariamente o poder, de acordo com aquela carta constitucional, com justiça e benevolência, intentando responder aos grandes anseios sociais da liberdade e da igualdade com justa fidelidade, sensibilidade e competência.

Vendo o grande propósito político da Revolução, consubstanciado no seu Programa - conceder a liberdade política aos cidadãos para estabelecerem um regime constitucional-pluralista com um Estado de Direito democrático e um sistema de governo dependente da Sociedade Civil - exigia-se que a forma de poder assumida pelo MFA fosse o mais curta e precavida possível.

Opção sábia, esta, a do MFA, que não só respeitava a cidadania como honrava coerentemente a soberania da Sociedade Civil e considerava, ainda, o Estado, este enquanto instituição necessária, que serve a sociedade, não se contrapondo ou identificando com ela.

Sábia porque aceita que, também em política, é na racionalização do sucesso-erro que a aprendizagem política tem lugar e a maturação democrática se realiza. Sábia, ainda, por outras variadas razões, das quais me limitarei a enunciar as mais importantes:

1. - Rompia com a perversa tradição sustentada pelas élites, que as massas eram amorfas e ignaras, sem preparação para decidir sobre magnas questões do seu presente e devir colectivo, sabendo, embora, que não é fácil que uma sociedade e seus membros assumam de repente a direcção do seu próprio destino e sejam capazes de responder com oportunidade e eficácia aos problemas que se lhes apresentam.

2. - A situação internacional era difícil - digeriam-se ainda os efeitos da primeira grande crise petrolífera. A situação interna era dramática (dramática, até, só pela perda do Império, que fora projecto de comunhão colectiva durante séculos). Era, portanto, precavido implicar todos:

- na responsabilização social relativamente aos interesses gerais da Sociedade e do Estado, assim encontrando resposta menos difícil para as nossas vulnerabilidades e debilidades económicas, estruturais e conjunturais, e mobilizando mais facilmente apoio nas democracias ocidentais;

- na descoberta de uma forma estável de percurso democrático que se acomodasse às nossas instituições sociais e à nossa cultura distintiva.

3. - Assim seria mais fácil manter a unidade do MFA e proceder à indispensável re-institucionalização militar. Na verdade, a união do MFA - o ideal político comum - residia inicialmente no comum desejo de liquidar o regime. A seguir, as esperanças pessoais da revolução já seriam, para cada um, interpretadas de maneiras diversas, opostas inclusivamente. A re-institucionalização das Forças Armadas e a atribuição imediata, à Sociedade Civil, da responsabilidade de proceder ao desenho do seu futuro constitucional contribuiriam para manter estável o centro de gravidade das expectativas dos militares e salvaguardar assim a sua completa lealdade à Instituição Militar sem problemas de consciência.

Mas esta sábia e devida opção democrática tornava não só irrecusável como inadiável, também, a descolonização. Inadiável dado o País estar dividido e ser não só ilícito como impossível recusar, em nome da liberdade de pensamento e expressão, reunião e manifestação, que essa magna questão ocupasse fragorosamente o espaço público e a opinião pública, fomentando clivagens que muito poderiam potenciar dificuldades à já difícil transição democrática. Não será seguramente inoportuno lembrar a este propósito o que se passou na democrática França com a Argélia e nos Estados Unidos com o Vietname.

À descompressão política ocasionada pelo 25 de Abril, com o seu inevitável cortejo de traumas e frustrações, divisões e ódios, de ofensivas restauracionistas, juntaram-se as justas reivindicações sócio-económicas e políticas, somadas à opção democrática e à inevitável e inadiável descolonização. Tudo isso exigia um poder político forte, coeso, competente, determinado, mas justo e benevolente também.

Ora a unidade e coesão, a força e tolerância do comando político exigiam não só a harmoniosa articulação, como, também, consenso entre os órgãos formais do poder político e o MFA, sobre as questões cruciais.

A própria operacionalidade política exigia, como é evidente, não só o monopólio legítimo da coerção, sob vigilância judicial seguramente, mas também um pronto e eficaz aparelho de coerção.

Exigências estas de meridiana clareza política e, aliás, desde há muito reconhecidas pelos próprios militares do MFA. Na verdade, logo no primeiro manifesto dos capitães se escrevia:

"No contexto, consideramos indispensável e urgente que:

- sejam definidos e clarificados os objectivos nacionais, e estes aceites pela Nação;

- seja promovida a reestruturação das Forças Armadas, visando a qualificação dos seus chefes baseada no seu valor militar, o aproveitamento dos meios e termos de eficiência, o respeito pelos direitos individuais e a justiça."

A verdade é que o consenso sobre questões críticas nacionais, como a descolonização, não se alcançou, e a re-institucionalização das Forças Armadas, indispensável, não se fez.

Assim, em perigo ficaram o poder político, sem unidade, coesão e força, a descolonização sem consenso, a própria transição democrática sem capacidade para defender o seu rumo originário e implementá-lo com democrática fidelidade à contextualidade da nossa tradição, dos nossos valores, dos nossos interesses - do interesse comum em especial.

Grave, mais grave talvez pela perturbação e disfuncionamento introduzidos na acção política, social e económica, e, mesmo, na transição pacífica, controlada e livre para a democracia constitucional-pluralista, terá sido o abandono a que foi votada a re-institucionalização das Forças Armadas.

Na verdade, a Instituição Militar, intimidada pelos saneamentos, perturbada pelo conflito entre os seus membros mais

Não se clarificou assim inteiramente esse tempo que, por pertencer já à memória colectiva (tradição), a todos pertence e que teria sido salutar reflectir em conjunto

Opção sábia, esta, a do MFA, que não só respeitava a cidadania como honrava coerentemente a soberania da Sociedade Civil e considerava, ainda, o Estado, este enquanto instituição necessária, que serve a sociedade, não se contrapondo ou identificando com ela.

graduados ou proeminentes, desprovida de um grande propósito nacional, consensual e motivador, despida, ainda, da sua ideologia formal (hierarquia, disciplina, unidade), perdera os seus valores de referência. Ficara, assim, exposta à "politização fragmentarista" própria da Sociedade Civil e da luta ideológica e partidária.

As portas de armas ficam sem guarda. Por elas entram nos quartéis todos os partidos políticos e outras formações ideológicas. A torrente das alianças (partidário-ideológicas) com os militares corrompe a Instituição Militar, que de elemento nacional democraticamente estabilizador, não apolítico mas partidariamente neutral, passa a instrumento potenciador de instabilidade política, viciador do jogo inter-partidário, a elemento fautor de insegurança.

É neste quadro, de dramática perversão, que o Exército e o Povo quebram o reencontro que Abril marcara.

Com isso, e por isso, a governação do País fica sem bases. Faltam-lhe na verdade, como dissera Fernando Pessoa, reportando-se a outra época da vida nacional, dramática também, a força, a autoridade, a opinião. E, ainda segundo ele, nessa situação "(...) todos os indivíduos e todas as correntes apelam instintivamente para a fraude ou para a força."

É neste contexto que a vida política, a transição democrática, a Sociedade Civil se vão inter-agir em dinâmica incomunicabilidade e conflito.

Conflito logo perfilado a propósito da descolonização, entre Spínola e o MFA. Vencer politicamente o adversário é então, para as partes oponentes, o objectivo estratégico principal. À sua consecução se subordinam alianças políticas, se sacrifica a unidade da Instituição Militar, se aliena a relação do MFA com forças e interesses sociais, MFA que assim perde força, espaço político, razão política e mesmo a legitimidade que adquirira em Abril.

A primeira grande e de há muito pré-anunciada ruptura ocorre em 28 de Setembro. Nada clarifica. A contra-informação e a intriga política nebulizam toda a vida nacional e perturbam acrescidamente a Instituição Militar. Buscando força no seu âmago, as Forças Armadas reagem institucional e politicamente, nomeadamente através dos seus oficiais e sargentos, nas eleições para os Conselhos das Armas. Manifestação improficua esta, pois logo ocorre novo conflito e nova ruptura, no 11 de Março, ainda hoje não suficientemente esclarecido, quer no campo militar quer no partidário.

Marca o 11 de Março o início de um novo tempo, de acrescido ataque à Instituição Militar e ao processo democrático constitucional-pluralista.

A Instituição Militar passa a ser, a partir de então, o alvo privilegiado de todas as forças políticas, das restauracionistas às revolucionárias. O poder discute-se na rua. Em altares de diversas legitimidades se imolava a democracia. O cerco e a conquista sistemática de posições de poder potenciavam e credibilizavam a ameaça de uma acção violenta destinada à conquista do poder político. Às velhas frustrações, traumas, ódios e enfrentamentos, outros vieram adicionar-se, não menos gritantes, não menos violentos. Tudo se gritava e questionava, mesmo a identidade pátria, a nossa personalidade colectiva.

Sobre as promessas de Abril e a prometida e desejada democracia pesam ameaças cada vez maiores e mais provocantes. Todos o sentiam. A FUR, com a sua proverbial franqueza, afirmava, em 11 de Novembro, que existiam em Portugal condições objectivas para uma insurreição armada vitoriosa.

É Melo Antunes quem, de novo, levanta a voz, denuncia a situação atentatória da liberdade. Apela à unidade e sentido nacional das Forças Armadas.

Em entrevista ao Nouvel Observateur, já em Novembro de 1975, Melo Antunes dizia nomeadamente: "Toda a gente vos dirá que Portugal se torna, dia-a-dia, ingovernável - e eu não estou longe de subscrever esse diagnóstico. E quando o País estiver absolutamente ingovernável, então virá a segunda fase, a da conquista do poder propriamente dito. E isso far-se-á, para começar, através da conquista do Exército."

Acrescentava na altura Melo Antunes: "Nós devemos, urgentemente, retomar a iniciativa política. A primeira coisa indispensável é retomar o controlo das Forças Armadas. (.../...) Para construir a democracia no País, é preciso fazê-la respeitar, isto é: é preciso dispor do Exército como braço secular."

Factos e informações indiciavam que a insurreição armada, para a conquista do poder, se avizinhava. Todos o sentiam.

A sua contenção exigia trabalho político ofensivo e sistemático e quase seguramente resposta militar.

A acção política coube ao Grupo dos Nove, liderado por Melo Antunes, e aos seus aliados, partidários e da Sociedade Civil. Foi um árduo combate político pouco lembrado e muitas vezes depreciativamente comentado, à luz do chamado critério do sofá, que tudo descontextualiza e que tudo fácil e definitivamente resolve.

Na preparação para a contenção da insurreição armada, que a degradação da situação cada vez mais probabilizava, trabalhou um largo grupo militar de que faziam parte, inclusivamente, vários elementos do Conselho da Revolução.

Procedeu-se à recolha e colheita da informação necessária à elaboração e actualização dos estudos de situação política e militar. Elaborou-se o planeamento das respostas militares para os diferentes cenários previsíveis da insurreição armada:

- atribuíram-se missões a oficiais e sargentos, sobretudo do Exército e Força Aérea;
- contactaram-se partidos para avaliar das suas disponibilidades e possibilidades.

Assim se chega à noite de 24/25 de Novembro. Seguramente para conter a ofensiva político-militar desenvolvida já de há muito pelos Nove, nomeadamente no âmbito do Exército e Força Aérea, o adversário desencadeou uma "acção revolucionária armada".

Com notável eficiência, os "páras" ocupam bases importantes. O RALIS ocupa posições que lhe asseguram o controlo da auto-estrada do Norte e do aeroporto. Controla ainda os depósitos de material de guerra de Beirolas. A EPAM ocupa a RTP. O RPM ocupa a Emissora Nacional. Fragatas fazem-se ao largo. Comissões de Fuzileiros tentam persuadir as B.A.'s a apoiar os pára-quedistas. O SDCI distribui fardamentos e armas a civis. Dispõe de uma rede de comunicações importante e de uma capacidade de intervenção dificilmente controlável.

A situação é preocupante.

Conselheiros, do chamado Grupo dos Nove, reunem-se com o Presidente da República, na manhã de 25. O Presidente, que dias antes reconhecera publicamente que o controlo da situação lhe escapara (afirmara-se incapaz de estabelecer "o ponto da situação"), acaba por aprovar o plano de resposta à acção militar desencadeada. Com esta aprovação consegua-se o contexto que sempre se desejou - que fosse de rigorosa legitimidade e respeito pela cadeia de comando.

Às 16h.30 é declarado o estado de emergência. A essa mesma hora, já na Amadora, no Regimento de Comandos, instala-se o Posto de Comando (PC). Com manifesta inferioridade militar em Lisboa, e com a RTP e a EN nas mãos do adversário, o factor tempo era crucial. A noite, que se aproximava, e a impos-

A própria operacionalidade política exigia, como é evidente, não só o monopólio legítimo da coerção, sob vigilância judicial seguramente, mas também um pronto e eficaz aparelho de coerção.

A verdade é que o consenso sobre questões críticas nacionais, como a descolonização, não se alcançou, e a re-institucionalização das Forças Armadas, indispensável, não se fez.

sibilidade de usar os meios aéreos, potenciavam a nossa vulnerabilidade.

Tentando aproveitar os factores tempo e surpresa, atacou-se o GDACI, em Monsanto, com uma força de 200 "comandos", com 16 "Chaimites" e reforçada com canhões sem recuo. O GDACI caiu sem sangue.

Foi grande a eficácia dos "comandos". Mas foi também notória a falta de determinação e comando do adversário.

Renascia a esperança de que seria evitável a guerra civil, em grande escala.

Mandou-se, no dia seguinte, uma força de "comandos" para a Calçada da Ajuda. O objectivo era neutralizar o RPM, sem efusão de sangue.

Três militares perdem a vida nesta acção. Dois eram "comandos": o tenente Coimbra e o furriel Pires. Um era da PM: o aspirante José Bagagem.

Em 27, ocupa-se o COPCON e prendem-se os oficiais que nele se tinham reunido com Otelo.

Prepara-se entretanto a ofensiva contra a base de pára-quedistas. Para evitar que mais cadáveres ficassem a ensombrar a Revolução de Abril, úsa-se o tempo como factor de desmobilização. Os pára-quedistas acabam por se render. O pesadelo acabara.

A intervenção dos "comandos" foi determinante. Foi ela que fez pender o fiel da balança em nosso favor. É à sua operacionalidade e disciplina que ficou, em grande parte, a dever-se o facto de não ter havido mais baixas e de se ter evitado a guerra civil.

A resposta controlada dos "comandos" ficou a dever-se à sua alta disciplina e à capacidade de chefia e patriotismo dos seus oficiais e sargentos - em especial do Coronel Jaime Neves, que dirigia a acção.

Mas é justo referir que a disponibilização operacional dos "comandos" para acções no exterior, na medida em que supunha a segurança e defesa do Posto de Comando, foi possível porque pôde contar com reforços do Centro de Instrução de Artilharia Anti-Aérea de Cascais (CIAAC). Muitas foram, no entanto, as unidades que receberam e que cumpriram missões, e deslocaram, mesmo, forças para Lisboa, em apoio da nossa acção de resposta. Cito apenas, a título de exemplo, a Escola Prática de Cavalaria, a Escola Prática de Infantaria e o Regimento de Cavalaria de Estremoz.

É necessário acrescentar que a guerra civil esteve por um fio. Se a força militar que ocupou o GDACI tivesse obedecido às ordens de fogo sobre as forças do Coronel Jaime Neves, a guerra civil poderia ter eclodido. Aliás, a leitura do próprio Relatório dos acontecimentos do 25 de Novembro demonstra bem como ela esteve iminente. Felizmente, a guerra civil não ocorreu, devido a um conjunto múltiplo de factores. Refiro alguns: disciplina, operacionalidade e capacidade de comando das acções desenvolvidas; contradições que desmobilizaram psicologicamente e minaram a capacidade operacional das forças, políticas e militares, que se nos opunham; e a legalidade da nossa acção, ao ser assumida superiormente pelo Presidente da República.

Esta preocupação constante pela limitação das acções militares ao mínimo necessário, para evitar uma escalada de violência entre camaradas de armas e o risco do seu alastramento à Sociedade Civil - já polarizada em torno de projectos e discursos políticos extremados e incompatíveis - não terá sido sentida apenas do nosso lado. Penso que o rigor histórico prestará essa justiça a alguns dos que naquele dia alinharam pelo lado do golpe, mas depois recuaram perante a enormidade dos custos humanos previsíveis. E continuo persuadido, por exemplo, de que Otelo Saraiva de Carvalho não mobilizou contra nós as forças de que podia dispor - e não por indecisão da sua parte, como algumas leituras posteriores pretenderam, mas porque, na hora da verdade, teve consciência do que isso significava para o País.

Houve depois que gerir as sequelas deixadas pelo PREC e pela resposta militar, fidelizando Instituição Militar e desenvolvimento político à promessa do Programa do MFA, e à nova situação marcada pela legitimidade democrática emergente e resultante das eleições para a Assembleia Constituinte. Preocupação democrático-genética que aliás se fizera acolher na própria ordem de operações do 25 de Novembro. Aí se especifica, na missão, que a acção visa o "estabelecimento das vias que conduzem à democratização, efectiva e pluralista (.../.../...) do País."

Na verdade, procurou-se que o 25 de Novembro fosse o ponto de partida para uma recuperação das promessas feitas inicialmente pelo MFA - e isto num quadro que já era bem diferente do originário, quer no aspecto social, quer no político. Com este propósito se redefiniu o papel das Forças Armadas, através da Lei 17/75, na qual "pela primeira vez se explicita o princípio da subordinação ao poder político", como apropriadamente sublinha Maria Carrilho no seu livro Democracia e Defesa, insistindo-se cuidadosamente no estabelecimento da independência das Forças Armadas em relação aos partidos políticos e procedendo-se a uma reorganização da instituição militar no novo quadro geográfico do País e segundo os modelos próprios dos países de democracia pluralista.

Procurou-se também contribuir para o restabelecimento de um clima de tolerância e de desintimidação individual e política, proporcionando aos diversos partidos a possibilidade de manifestarem livremente os seus interesses e posições.

Pretendeu-se, em suma, que o 25 de Novembro, como bem escreveu Loureiro dos Santos, fosse o acto "(...) esclarecedor do actual regime", a reafirmação do Exército, ao seu Povo, que honrava a sua palavra, as suas promessas, contidas no Programa do MFA, sem repudiar, mas antes aceitando e considerando os ensinamentos que o PREC e a sua analogia com passadas perturbações históricas ofereciam.

Não cabe à Instituição Militar e aos seus membros incluírem nas suas preocupações e acções funcionais cuidar de democratizar o Estado e a Sociedade Civil, de harmonizar a acção de ambos para maximizar a igualdade na liberdade.

São estas tarefas do Governo, dos partidos, da Sociedade Civil e suas diversas organizações, dos cidadãos em geral e, portanto, dos cidadãos-militares, não enquanto militares mas enquanto cidadãos que também são.

Para honrarem justa, fiel e autenticamente o seu escopo nacional, terão as Forças Armadas de ser partidária e ideologicamente neutrais, aceitando e defendendo todas as decisões que o voto popular tenha legitimado e todas as que a lei, constitucionalmente obediente, tenha estabelecido.

É evidente que o militar é sempre um cidadão de parte inteira e que é, por isso, ilegítimo retirar-lhe direitos de cidadania que o justo exercício da função militar não recusa. Cabe-lhe manter um diálogo de verdade e esclarecimento com a Sociedade Civil. Compete-lhe também não se demitir, nunca, de um diálogo de verdade, também, exigente, com o poder político, que prestigie o seu escopo militar e salvaguarde a sua cidadania. •

no Auditório Municipal Eurice Muñoz
Oeiras
25Nov.2000

Em perigo ficaram o poder político, sem unidade, coesão e força, a descolonização sem consenso, a própria transição democrática sem capacidade para defender o seu rumo originário.

Penso que o rigor histórico prestará essa justiça a alguns dos que naquele dia alinharam pelo lado do golpe, mas depois recuaram perante a enormidade dos custos humanos previsíveis.

Comemorações do 5 de Outubro

Algumas centenas de pessoas juntaram-se, como vem sendo hábito, no Campo 24 de Agosto no Porto, para comemorarem os 90 anos da implantação da República Portuguesa.

As cerimónias organizadas pela Associação 31 de Janeiro, Clube de Sargentos do Exército e Associação 25 de Abril, contou com o apoio do Governo Civil do Porto e da Câmara Municipal do Porto.

Sob o olhar de Afonso Costa do alto da estátua que no local lhe foi erigida, a celebração da efeméride deste ano, acabou por ter como principal novidade a entrega de símbolos da República (bandeira nacional, letra e música do Hino Nacional) a alguns estudantes da cidade.

Na ocasião usaram da palavra o Prof. Manuel Baganha (presidente da Assembleia Municipal) em representação do presidente da Câmara Municipal do Porto, ausente no estrangeiro, o governador Civil do Porto e o sr. arquitecto Gomes Fernandes, em representação dos organizadores.

É deste último orador a intervenção que se transcreve:

Assinalamos hoje a passagem dos noventa anos sobre a implantação da República Portuguesa.

É tempo de lembrar os vitoriosos da Rotunda e os obreiros da 1ª República, mas também os heróis do 31 de Janeiro e do 3 de Fevereiro, que aqui no Porto sacrificaram as suas vidas no amanho da pedra bruta que haveria de permitir aos ideais republicanos, edificar a obra de arquitectura democrática em que sustentamos a nossa vida colectiva.

Como é tempo de lembrar também a coragem e generosidade dos capitães de Abril que nos devolveram a dignidade de Povo, pela qual muitos se bateram durante décadas com enorme sacrifício, incluída a entrega das suas vidas.

5 de Outubro é tempo de memória e de glorioso passado, de lembrar figuras políticas e cívicas da História contemporânea, como Afonso Costa aqui perpetuado em gesto de criatividade e de reconhecimento cívico, mas é também tempo de reflexão e apelo sobre o horizonte do nosso quotidiano.

Apelo à participação dos cidadãos nas causas públicas, de que o exercício do voto na altura das escolhas democráticas é a espinha dorsal, mas que não pode ficar por aqui, sob risco de deixarmos esta coluna do nosso universo de princípios e ideias, desguarnecida do empenhamento diário no seu reforço e consolidação.

Um apelo à cidadania, que é o mesmo que dizer, ao envolvimento e compromisso com os problemas que fazem a nossa vida colectiva e à participação directa na sua resolução.

Uma sociedade democrática fundamenta-se em ideais, de liberdade e justiça, em sonhos de fraterna igualdade, em compromisso de inteligente racionalidade, em poéticas de generosa participação.

É este apelo à participação dos cidadãos na vida das suas cidades, através das múltiplas expressões associativas que existem espalhadas por elas, que aqui faço neste dia de celebração da República e dos valores democráticos que ela contém.

A Associação Cívica 31 de Janeiro, como a Associação 25 de Abril e o Clube de Sargentos, interpream este sentimento e apelam a esta responsabilidade.

Há muitas mais associações na nossa cidade, que passam por dificuldades e apatias de participação, mas que é preciso ajudar, porque são elas que constituem o tecido base de um empenhamento cívico e participativo essenciais ao reforço, à sobrevivência do sistema democrático.

Atrevo-me a citar o senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, quando diz: "Confesso-vos que como português e Presidente da República, sinto orgulho no Portugal democrático.

É isso que deve dar força a todos nós para continuar a lutar por um Portugal melhor" – fim da citação.

Em nome dos valores do 5 de Outubro e com vénia por esta citação, aqui fica o alerta para este empenhamento, para esta força e convicção, que é preciso afirmar no dia a dia, na árdua tarefa de avivar a memória e assegurar o futuro da Democracia e da República.

Viva a República, viva a Democracia.

Arq. Gomes Fernandes ●

Comemorar o Futuro

David Martelo

Por ocasião da Assembleia-Geral realizada em 8 de Março de 1997, apresentei aos sócios da A25A uma comunicação sobre o que entendia serem os mais cruciais desafios do seu futuro imediato. Em determinado passo dessa intervenção afirmei:

«A Associação 25 de Abril possui a característica única, entre as colectividades do tipo 'associação cívica', de ter entre os seus membros um núcleo de sócios fundadores que são militares do Quadro Permanente. Essa circunstância – que não é meramente casual, mas sim de raiz estatutária — como que impõe que a colectividade se pronuncie de forma privilegiada, em termos culturais, em matérias do âmbito castrense. É esse, de resto, um dos fins explicitamente consagrados no artigo 3.° dos respectivos Estatutos.

«A existência de sócios civis – que voluntariamente aderiram ao espírito de uma Associação até então constituída exclusivamente por militares – terá que ser entendida como forma ideal de alcançar, entre outras metas, a perfeita ligação das FA com o comum dos cidadãos.»

Esta minha preocupação não era despida de sentido político – como erradamente alguns dos sócios terão julgado. Se há algum sentido político que pode e deve ser lembrado e sustentado por uma Associação como a nossa é, precisamente, aquele que aponta para um posicionamento democrático das Forças Armadas (FA), afastando, assim, qualquer hipótese de repetição do 28 de Maio de 1926.

Discute-se, por vezes, a questão da parcela do espaço associativo que a A25A pode preencher. Convém salientar que, no que toca ao desenvolvimento do espírito democrático nas FA, não vejo como esse objectivo poderia ser, com mais propriedade, levado por diante por outra agremiação que não a nossa. Todavia, tive ocasião de verificar, por diversas vezes, que, no âmbito da A25A, estas preocupações estavam longe de colher o desejado apoio. As atenções da Associação têm privilegiado temas e situações de claro conteúdo político, invadindo um espaço que, é forçoso reconhecer, não é o nosso – ou, se preferirem, não é só nosso. Essa atracção pela intervenção política tem-se feito – como também assinalei na minha comunicação de Março de 1997 – através de um posicionamento claramente de "esquerda", e, frequentemente, em estilo de "oposição". Mesmo não entrando na discussão da justeza de tal opção, importa reconhecer alguns dos seus efeitos. Um deles, é que a conjugação dos conceitos de "esquerda" e de "oposição" tem favorecido a conotação da A25A com as forças mais à esquerda do espectro político. Outro, decorrente do anterior, é a consequência lógica desta conotação ao nível dos quadros permanentes das FA, isto é, uma prudente rejeição por parte de quem aspira a progredir tranquilamente na carreira. Por muito que nos doa, as novas gerações de militares do Quadro Permanente tendem a classificar a A25A como uma associação de «politiqueiros» que se automarginalizaram das FA devido a notórias carências de «perfil militar». É uma injustiça, sem dúvida, mas, será que fizemos tudo o que se impunha para impedir a criação desta imagem?

Entre os sócios que têm aplaudido o baixo envolvimento da A25A nas questões militares, tem-se argumentado que existem hoje associações de militares vocacionadas para a defesa dos interesses dos profissionais das armas. Pretendem, com tal argumento, justificar a reduzida intervenção da Associação em matéria militar. Ora sucede que não se trata de invadir as competências dessas colectividades – cujas existência legal e competências próprias estão, aliás, longe de se encontrar definidas. A A25A não pode, nem deve, imiscuir-se em assuntos relacionados com as carreiras, com o sistema retributivo ou qualquer outro aspecto respeitante aos militares **enquanto profissionais**. Já o mesmo se não passa no tratamento de questões relacionadas com os mesmos militares **enquanto cidadãos**, designadamente quando estão em causa limitações inaceitáveis à liberdade que o 25 de Abril proporcionou à generalidade dos portugueses.

No momento em que escrevo este artigo, encontra-se em apreciação um projecto de proposta de Lei com o qual o actual governo pretende proceder à revisão do artigo 31.° da Lei n.° 29/82, de 11 de Dezembro (Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas). O referido documento, elaborado com manifesto espírito persecutório, visa muito claramente reduzir os militares ao mais profundo dos silêncios e impor a mais ignóbil das restrições: a proibição de pensar. O regime agora proposto é indiscutivelmente mais limitativo da liberdade do que o que vigorava à data do 25 de Abril, e, o simples facto de alguém ter admitido que a Assembleia da República poderia aprovar semelhante aberração comprova, desde logo, a subserviência que a Instituição Militar hoje patenteia perante o poder político. Hipocritamente, o mesmo legislador que viu inconvenientes graves (para a coesão das FA) na publicação de romances escritos por militares do Quadro Permanente, considerou naturalíssimo que esses mesmos militares se candidatem, partidariamente, a cargos políticos e venham, mais tarde, a reingressar nas fileiras para aí prosseguirem, apartidariamente, a sua carreira.

Perante esta tentativa de amordaçamento, tem a A25A uma excelente oportunidade de demonstrar que se encontra viva e actuante. Resumir a actividade de um ano inteiro às comemorações do aniversário do 25 de Abril é claramente menos do que todos aspiramos. «Fazer a pedagogia dos valores democráticos» – conforme estipula o artigo 3.° dos nossos Estatutos – envolve algo mais do que recordar o passado. No fundo, implica, de todos nós, uma firme determinação de «comemorar» o futuro. •

Se há algum sentido político que pode e deve ser lembrado e sustentado por uma Associação como a nossa é, precisamente, aquele que aponta para um posicionamento democrático das Forças Armadas (FA)

Convites feitos à A25A – Norte

09 de Outubro

• Pela Editora Campo das Letras para o lançamento do livro *Poesia Cega* de Carlos Porto, no mercado Ferreira Borges pelas 18 horas. Apresentação pelo escritor Mário Cláudio.

12 de Outubro

• Pelo PCP para a apresentação da candidatura de António Abreu à Presidência da República,no Hotel Tuela – Sala Caravela.

• Pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto, para a cerimónia de homenagem à atleta Fernanda Ribeiro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

18 de Outubro

• Pela Editora Campo das Letras e pelo Círculo Universitário do Porto para a apresentação do livro *Imagens* de Ana Luísa Amaral, com apresentação de Osvaldo Silvestre, no Círculo Universitário do Porto.

• Pela Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, para assistir a uma conferência intitulada "Cabinda, um Teatro de Operações Específico" pelo general Carlos Azeredo.

19 de Outubro

• Pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, por ocasião do 10º aniversário, para o Seminário "Verdade e Privacidade na Comunicação Social", no Auditório da Fundação Eng. António de Almeida, no Porto.

27 de Outubro

• Pelo Presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e pelo Reitor da Universidade Pessoa, para a conferência «Os Portugueses nas Guerras Napoleónicas – Novas Perspectivas», no Salão Nobre da Universidade Fernando Pessoa.

Representante: secretário da Direcção do Norte, Sarg. Mor. Ribeiro Pinto

• Pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, para a Sessão Solene de Boas Vindas a Sua Excelência o Presidente da Ucrânia, Leonid Kuchma, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

31 de Outubro

• Pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, para o jantar homenagem ao Povo de Timor no Palácio da Bolsa. Dignaram-se estar presentes S. E. o Presidente Xanana Gusmão e o Bispo Ximenes Belo e o Dr. Ramos Horta.

Representante: Presidente da Direcção Norte, Ten. Cor. Ribeiro da Silva

2 de Novembro

• Pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e pela Direcção de Círculo de Cultura Teatral – TEF, para a estreia do 183º espectáculo do TEF, *Os Fantasmas* de Eduardo Filippo, com encenação de Norberto Barroca, nas instalações da Real Companhia Velha, em V. N. Gaia.

• Pela Editora Campo das Letras, para o lançamento do livro *A Páginas Tantas* de Carlos de Brito, apresentado pelo José Manuel Mendes, na Cooperativa Árvore.

8 de Novembro

• Pela Editora Campo das Letras, para o lançamento do livro *Acção Sindical – Transformação e Desenvolvimento* de Manuel Carvalho da Silva, apresentado pelo Prof. Doutor José Madureira Pinto, no Auditório do Sindicato dos Professores do Norte.

13 de Novembro

• Pela Editora Campo das Letras e pela Cooperativa Árvore, para apresentação do livro *Assim são as Algas* na Cooperativa Árvore. O livro foi apresentado pelo Prof. Dr. Luís Adriano Carlos.

• Pela Editora Campo das Letras para as sessões de lançamento integradas nos 6.os Encontros Luso-galaico-francófonos do Livro Infanto-juvenil, promovidos pelo Instituto Francês do Porto, no Pavilhão do Palácio de Cristal:

• Apresentação do 4º número da revista Malasartes, por José António Gomes (director);

• *A História da Aranha Leopoldina*, de Ana Luísa Amaral, com apresentação de Rosa Maria Martelo e a antologia de poemas *Conto Estrelas em Ti*, com apresentação de José António Gomes.

15 de Novembro

• Pelo presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, para a conferência «A Verdadeira face da guerra», proferida pelo coronel Arnaldo Costeira, no Museu Militar do Porto.

24 de Novembro

• Pela Cooperativa Árvore e pela Editorial Caminho, para o lançamento do livro *A Caverna* de José Saramago, na sede da Cooperativa Árvore.

Representação: vogal da Direcção do Norte, Dra. Maria Rodrigues

25 de Novembro

• Pela Editora Campo das Letras e pela Casa dos Açores do Norte, para a apresentação do livro *Relação de Bordo II (1989 – 1992)* de Cristóvão Aguiar, distinguido com o Grande Prémio da Literatura Biográfica AFE/CMP 2000, na Casa dos Açores do Norte, com apresentação da Dra. Joana Matos Frias.

28 de Novembro

• Pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, para a cerimónia de homenagem aos atletas paralímpicos Arnaldo Costa e Maria da Graça Fernandes, medalhados em Sydney, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

7 de Dezembro

• Pela editora Campo das Letras e pela Livraria FNAC/Santa Catarina para a apresentação do livro *Todos os Tons da Penumbra* de António Rebordão Navarro, com apresentação de José Manuel Guedes, na Livraria FNAC/Santa Catarina.

13 de Dezembro

• Pelo presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, para a Conferência «Mama Sumae – Aqui Estamos...» proferida pelo Dr. António Emílio Gomes, no Museu Militar do Porto.

15 de Dezembro

• Pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, para a cerimónia de imposição da Medalha de Honra da Cidade à Santa Casa da Misericórdia do Porto e a José Luís Abreu do Couto Amorim Novaes, seu provedor, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

17 de Dezembro

• Pelo Foco Musical – Educação e Cultura para apresentação do trabalho discográfico «Canções Heróicas» do Grupo Negros da Luz, na Fonoteca Municipal de Lisboa.

18 de Dezembro

• Pela Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, para a sessão de lançamento do livro *Regressar ao Porto* de Helder Pacheco, com apresentação feita pelo jornalista Alfredo Mendes, na sede da fundação no Porto.

20 de Dezembro

• Pela Editora Campo das Letras e pela Fundação Eng. António de Almeida, para apresentação do livro *Na Linha Divisória* de José Ricardo Nunes e a entrega do Grande Prémio Eugénio de Andrade, atribuído recentemente a esta obra. Apresentação pela Profª. Drª. Rosa Maria Martelo, na sede da fundação.

Ainda a Reparação aos Militares de Abril

O Martins Guerreiro terminava o seu artigo no ***Referencial*** de Jul./Out. de 2000 com a afirmação ***desejamos sinceramente que a justiça se faça com celeridade e eficácia, esperando que o próximo artigo seja de congratulação pela resolução deste sensível problema.***

Infelizmente, temos de voltar ao assunto sem ser para nos congratularmos.

Após várias diligências feitas pela A25A, que culminaram com uma audiência do ministro da Defesa Nacional ao presidente da Direcção da A25A e ao coordenador do grupo de acompanhamento da A25A (Vasco Lourenço e Martins Guerreiro) e face aos inúmeros contactos por parte de associados interessados, promoveu-se a realização de uma reunião de informação e debate. Para ela a A25A convidou todos os militares que apresentaram requerimentos (associados ou não da A25A), bem como os deputados que na Assembleia da República coordenaram a apresentação da Lei n.º 43/99 de 11 de Junho, o chefe de gabinete do Ministro da Defesa Nacional, os membros da Comissão de Apreciação prevista naquela Lei e as associações de militares.

Aceitaram o convite e compareceram no auditório do IASFA em Oeiras, a maioria dos militares envolvidos, bem como os deputados Marques Júnior (PS) e João Amaral (PCP), o chefe de gabinete do MDN, gen. Pinto Ramalho, alguns membros da Comissão de Apreciação (poucos) e representantes das associações militares.

No debate havido, verificou-se uma enorme frustração e indignação pelo permanente boicote a que o cumprimento da Lei tem sido sujeito. Não se descortinaram motivos justificativos nem se concluiu por responsáveis únicos e directos.

Um sentimento ressaltou, no entanto: não se está a pedir nada a ninguém; não se pretendem favores; exige-se justiça!

Depois de algumas intervenções mais acaloradas, que apontavam mesmo para soluções mais radicais, ***a mesa*** que dirigiu os trabalhos propôs e viu aprovada por unanimidade e aclamação a resolução que se transcreve, de seguida.

Enviada que foi ao presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares e ao ministro da Defesa Nacional, aguardemos pelos resultados... •

Lei n.º 43/99 de 11 de Junho

Reunidos em 20 de Janeiro de 2001, 342 dos militares que apresentaram requerimento na base da Lei n.º 43/99 de 11 de Junho, analisaram a situação dos seus requerimentos e concluíram:

1. Ser altamente preocupante o ponto de situação, no que se refere à análise dos requerimentos, por parte da Comissão de Apreciação, e à ausência de qualquer proposta de despacho sobre os mesmos.

2. Ser altamente preocupante a leitura que parece existir por parte da Comissão de Apreciação, no que se refere à letra e ao espírito da Lei n.º 43/99.

3. Não se compreender nem os enormes atrasos que se verificam no processo, nem as preocupações quanto ao **quorum** e à maioria necessários, para se tomarem decisões, por parte da Comissão de Apreciação.
Foi com enorme preocupação que se tomou conhecimento de nova alteração ao dec. regulamentar n.º 197/2000 de 24 de Agosto. Com efeito, se já se não compreendia o enorme atraso com que o mesmo foi aprovado (99.06.11 – 00.08.24), pior se compreende e aceita a necessidade de aprovação de um outro.
Com a agravante de o novo decreto regulamentar (a publicar) conter normas que, além de suscitarem enormes dúvidas quanto à sua conformidade com as regras do direito administrativo, são altamente criticáveis e inaceitáveis.
Por mais que se tentasse compreender, não se descortinaram as razões porque, ao exigir um **quorum** da totalidade dos membros da Comissão de Apreciação e uma maioria qualificada de votos, para qualquer decisão da mesma, se é mais exigente do que nos diversos orgãos de soberania, incluindo os próprios tribunais.

4. Por tudo isto, decidiram:

- Solicitar à Assembleia da República uma análise rápida à situação e a consequente e devida actuação.
- Solicitar ao ministro da Defesa Nacional que tome as medidas necessárias ao imediato cumprimento da Lei n.º 43/99, de acordo com a sua letra e o seu espírito. Medidas que poderão passar, ou não, pela alteração da composição da Comissão de Apreciação, nomeadamente do seu presidente.

Convites feitos à A25A

ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL
Seminário "Verdade e privacidade na Comunicação Social"
19/20-10-2000

ÂNCORA EDITORA
Lançamento do livro "A Vida Social dos Oculistas"
de Luís Filipe Sarmento
2-11-2000

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Tomada de posse dos novos Orgãos Nacionais
15-11-2000

Comemoração do 26º Aniversário do Jornal ELO
23-11-2000

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
IV Encontro Nacional de Sargentos
28-10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA
Inauguração de exposições "Conflitos no Século", Regimento de Artilharia nº 4

"O Século em Selos" e "Banda Desenhada ", Arquivo Distrital

"A Administração Central em Leiria", Igreja de S. Pedro
16-10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Cerimónia comemorativa do 90º Aniversário da Implantação da República
05-10-2000

Inauguração da exposição de Carlos Pinto Coelho
"e assim aconteceu..."
20-10-2000

Conferência sobre a obra " Tudo o que temos cá dentro" do Dr. Daniel Sampaio
16-11-2000

Lançamento do livro "O Meu Sonho'é da Cor do Mar" da Dr.ª Maria Gabriela de Sousa e Silva
18-11-2000

Lançamento da obra "Postal Ilustrado - Estações de Caminho de Ferro Portugueses"
21-11-2000

Conferência sobre a obra do Dr. Joaquim Vieira "Portugal Século XX"
22-11-2000

Inauguração da Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento de José Gomes Ferreira "Operário das Palavras"
23-11-2000

Inauguração da exposição " A Revolução é um Sonho" de Alexandre Ferreira e José Gomes Ferreira
25-11-2000

Apresentação da "Iniciativa Cívica - Intervenção Radical"
30-11-2000

Lançamento do cd-rom "25 de Junho: A Vitória de um Povo"
04-12-2000

Lançamento da obra "Profissões e Costumes do Fassado"
05-12-2000

Cerimónia de descerramento da placa toponímica da Rua Alcina Bastos
06-12-2000

Conferência sobre a obra "A revolução e o Nascimento do PPD" do Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa
06-12-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
Inauguração do conjunto de iniciativas "Os militares, as artes e as letras. Os 25 anos do 25 de Novembro: reflexão"
14-10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL
Inauguração da ARTES 2000 exposição colectiva de artes plásticas
18-11-2000

Inauguração da exposição de escultura em tecido "Leveza" de Fernanda Guerreiro
16-12-2000

Inauguração exposição colectiva "Livros com Futuro"
06-01-2001

CASINO ESTORIL
Lançamento do livro de José Alberto Braga "O Caçador de Étés"
29-11-2000

CÍRCULO DE LEITORES, TEMAS E DEBATES / FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Lançamento do livro "Portugal- As sete partidas para o Mundo" de Maria João Avillez
30-10-2000

COMISSÃO INSTALADORA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS
Concerto comemorativo do Dia Mundial da Música
01-10-2000

Inauguração da exposição de pintura de Isabel Aldinhas
14-10-2000

Concerto de Ano Novo
05-01-2001

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "Mãe coragem e os seus filhos" de Bertolt Brecht
27/28/29 -12-2000

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO MONTEPIO GERAL
Concerto pela Orquestra Metropolitana de Lisboa e Artur Pizarro
16-12-2000

CONSELHO NACIONAL DA CGTP-IN
4ª Conferência da INTER - REFORMADOS
25-11-2000

EDITORA CAMPO DE LETRAS
Lançamento do livro póstumo de Luís Sá "Traição dos Funcionários? Sobre a Administração Pública Portuguesa"
31-10-2000

Lançamento do livro "Acção Sindical Transformação e Desenvolvimento" de Manuel Carvalho da Silva
06-11-2000

Lançamento do livro "A Fáginas Tantas" de Carlos Brito
08-11-2000

EDITORA REPLICAÇÃO
Lançamento do livro "Ponto sem Nó" do Dr. Carlos Vieira Reis
12-12-2000

EDITORA TRINOVA
Lançamento do livro "Estudos do Desenvolvimento – África em Transição"
07-12-2000

EDITORIAL CAMINHO
Lançamento do livro "Tudo o que temos Cá Dentro" de Daniel Sampaio
25-10-2000

Lançamento do livro "Sobre um Monte de Lentilhas" do escritor cubano Rodolfo Alpizar
15-11-2000

Lançamento do livro "A Caverna" de José Saramago
21-11-2000

Lançamento do livro "Mar Me Quer" de Mia Couto
06-12-2000

Lançamento do livro "Contos da Terra do Dragão – contos tradicionais e populares da china"
18-12-2000

EDITORIAL NOTÍCIAS
Sessão de lançamento do livro "Guerra Colonial" de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes
23-10-2000

EDITORIAL PRESENÇA
Lançamento da obra "O desafio da cidadania na escola" de Luísa Beltrão e Maria Helena Nascimento
22-11-2000

Sessão de lançamento da obra " Uma História de Família" de Sofia Marrecas Ferreira
23-11-2000

Lançamento do livro de poemas "Afectos" de Teresa Rita Lopes
08-01-2001

FOCO MUSICAL – Educação e Cultura, Lda.
Apresentação de trabalho discográfico do grupo NEGROS DE LUZ
17-12-2000

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração da exposição de pintura de Alberto José
07-10-2000

Inauguração da exposição de pintura de Guilherme Correia

Inauguração da exposição de escultura de Faor Art & Design
26-10-2000

Inauguração da exposição de pintura de Carlos Alberto Santos
18-11-2000

HUGIN EDITORES
Apresentação da obra "Pela Cultura - A experiência de Cascais e outras reflexões" de José Jorge Letria
26-10-2000

Lançamento da obra "Portugal dos Pequeninos" de José Jorge Letria e André Letria
17-11-2000

Sessão de homenagem a Adeodato Barreto
05-12-2000

INSTITUTO FRANCO – PORTUGUÊS
Encontro / debate "Democracia de opinião e unificação europeia: que espaço para o político"
20-12-2000

JUNTA DE FREGUESIA DE BAIXA DA BANHEIRA
Abertura da exposição – "Magia Alentejana" de José da Fonte Santa
10-11-2000

JUNTA DE FREGUESIA DA PONTINHA
Gala do Desporto 2000
24-11-2000

Sessão Solene comemorativa do XVI Aniversário
30-11-2000

LIGA DOS AMIGOS DO MUSEU MILITAR DO PORTO
Conferência "Os Portugueses nas Guerras Napoleónicas - Novas perspectivas"
27-10-2000

MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL
Apresentação do livro do Prof. Galopim de Carvalho "Sopas de Pedra I - De Mineralibus"
07-12-2000

PEDRO & CASTRO/ EDIÇÕES INAPA
Lançamento do livro "Coberturas Militares Portuguesas 1740-1918" de Dr. Pedro Soares Branco
30-11-2000

PRESIDENTE DA DIRECÇÃO CENTRAL DA LIGA DOS COMBATENTES
Cerimónia do 82º Aniversário do Armistício da 1.ª GG
12-11-2000

PRESIDENTE DO INST. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL / DIRECTOR DO MUSEU NACIONAL DA IMPRENSA
Inauguração da exposição "António: 25 anos de Cartoon"
08-11-2000

SETÚBAL NA REDE
Lançamento do livro "Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal, 25 anos depois– Volume I" de Pedro Brinca e Etelvina Dias, com o apoio da Associação 25 de Abril
05-01-2001

SINDICATO DOS JORNALISTAS
Cerimónia de posse dos novos órgãos sociais
24-10-2000

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE
V Concerto de Gala
18-11-2000

SOCIEDADE PORTO 2001 S.A/ CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA
Cerimónia de assinatura do contrato de aquisição da Colecção António Pedro Vicente
10-01-2001

TEATRO DA CORNUCÓPIA
A Ópera THE ENGLISH CAT (A gata Inglesa)
4/6/8-11-2000

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA
Comemoração do 25º Aniversário
06-11-2000

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Informam-se todos os associados que a Assembleia Geral Ordinária das nossa Associação se realizará no próximo dia 10 de Março, conforme convocatória que se transcreve:

Nos termos do art.º 8º. dos Estatutos e do n.º 2 do art.º 34º. e art.º 35º. do Regulamento Interno, convoco a Assembleia Geral da Associação 25 de Abril para se reunir em sessão ordinária nas instalações da futura sede associativa, situada na Rua da Misericórdia, 95, em Lisboa, no dia 10 de Março de 2001, pelas 14,30 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia Geral anterior.
2. Ratificação de admissão de sócios e apoiantes.
3. Discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal.
4. Discussão e aprovação da proposta da Direcção para a alteração do n.º 1 do art.º 2º. dos Estatutos, por força da alteração do local da sede associativa.
5. Discussão e aprovação de proposta da Direcção tendo em vista o aumento do valor das quotas para 600$00 ou 3 mensais, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2001.
6. Discussão e aprovação de proposta da Direcção para atribuição da categoria de sócios de honra a:
   a) Prof. Dr. **Emídio Guerreiro**
   b) Dr. **Fernando** Baeta Cardoso do **Vale**.
7. Contributos para a acção futura da A25A

(Se não estiverem presentes mais de metade dos sócios efectivos, a reunião iniciar-se-á meia hora depois, com a presença de qualquer número de associados.)

Sede da Associação 25 de Abril, em Linda-a-Velha, a 1 de Fevereiro de 2001

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Amadeu Garcia dos Santos

Com pedido de publicação recebemos dos nossos colaboradores Cor. José Barbosa Pereira e Ten. Cor. Fisher Lopes Pires, os seguintes pedidos de rectificação que passamos a transcrever:

Caro Director,

A revista *O Referencial* publicou o meu artigo «Descobrimento ou achamento do Brasil em Abril de 1500», nos dois últimos números.

Recentemente verifiquei que a parte final contém um erro, em matéria de Geografia, quando compara a área do Brasil com a da Europa, o que muito me penaliza, mas terá acontecido que por deficiência da leitura geográfica que efectuei, sem que a minha memória me alertasse.

Assim, venho solicitar o obséquio da publicação de uma «rectificação» ou «corrigenda a pedido do autor», com o meu pedido de desculpas à Direcção da Revista e aos leitores. Quanto à corrigenda, [...] onde se lê: "[...] área dupla da da Europa [...]", deve ler-se: "[...] área aproximada de 85% da do continente europeu [...].

Reiterando o meu pedido de desculpas, venho agradecer a publicação desta rectificação,

José G. Barbosa Pereira

Na crónica sobre Timor, publicada no nº. 58 de *O Referencial*, ao mencionar a nomeação do tenente coronel Lemos Pires para governador de Timor escrevi "[...] cuja experiência política parece ter sido o desempenho das funções de comissário provincial da Mocidade Portuguesa na Guiné, quando governada pelo general Spínola."

Errei estrondosamente pois, na verdade, o comissário foi o então major Alípio Tomé Falcão.

Pelo lamentável lapso cometido apresento as minhas desculpas ao atingido e aos leitores.

Nuno Fisher Lopes Pires

Aumento das Quotizações, Uma necessidade vital para a A25A

A quota mensal de 300$00 que vem sendo paga pelos sócios efectivos da A25A foi fixada em 1989. Fácil é supor que, se tivesse sido feito o seu reajustamento sistemático, ao longo dos onze anos já decorridos, o seu valor actual seria muito superior. De facto, se tivermos em conta os coeficientes oficiais de correcção monetária, tal valor deveria aproximar-se dos 600$00.

Por esta razão e ainda porque a A25A tem uma necessidade vital de aumentar a sua única fonte de receitas permanente, aliás, referentes a menos de um terço dos custos com o seu funcionamento e com a publicação e expedição de O Referencial, o problema do aumento do valor da quota dos sócios efectivos vai constituir um dos pontos da agenda da próxima Assembleia Geral, tanto mais que a iminente transferência para a NOVA SEDE vai determinar um acréscimo significativo dos referidos custos de funcionamento.

Pelas mesmas razões, há necessidade de se fazer um apelo aos apoiantes no sentido de aumentarem, em consciência e dentro das suas possibilidades, a sua contribuição, a qual, estatutariamente, tem um carácter voluntário.

A DIRECÇÃO

Notícias do Bridge

Campeonato Nacional de Equipas de Clubes

Realizou-se na Curia (Hotel das Termas), nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro, o Campeonati em epígrafe, no qual participaram vinte e uma equipas, representando instituições muito diferentes em termos de objectivos perseguidos (culturais, profissionais, desportivos, económicos, etc.) mas todos eles com algo em comum, a prática do bridge de competição entre as modalidades que patrocinam.

A nossa A25A também se fez representar por uma equipa constituída pelos seguintes associados: Vasco Lourenço, Luís Galvão, Azevedo Paulo e Inocêncio Araújo.

A nossa participação visava, para além de competir, conseguir obter uma classificação entre os doze primeiros lugares o que, a verificar-se, colocaria a A25A entre os clubes que irão na época de 2001/2002 constituir a 1.ª Divisão no Campeonato em análise.

O objectivo perseguido não era de fácil obtenção dado o nível dos praticantes, mas a nossa equipa conseguiu os seus propósitos com a obtenção de um honroso 6.º lugar, garantindo assim, com alguma folga, o direito a integrar a 1.ª Divisão.

Pensamos que com a entrada em funcionamento da nova sede a prática do bridge na A25A se possa desenvolver entre os nossos associados e que, na próxima época competitiva, a equipa nossa representante possa ser indicada após vitória num torneio interno que esperamos se realizará para o efeito.

Este foi o ano de arranque. Esperamos que os seguintes sejam ricos em interesse manifestado pelos nossos praticantes, para o que será, oportunamente, apresentado um programa visando a regular competição, aprendizagem e reciclagem dos mais "enferrujados".

Como última note, restará justamente informar, que o Campeonato da Curia foi ganho pela equipa representativa do Centro de Bridge de Lisboa, integrando os jogadores: Teresa Ramlho, Costa Antunes, António Leitão e Acácio Figueiredo.

Luís Galvão

(Continuação da pág. 4)

Abril" no seu significado integral, daqueles que, mesmo sem o confirmarem, nunca se conformaram com o que o 25 de Abril significou, de ruptura radical com uma ditadura assente em dois grandes pilares: fascismo e colonialismo. Deste lado da fronteira estão os que, apesar das divergências, vêem no 25 de Novembro um dos momentos mais críticos do percurso revolucionário, como já o haviam sido o Golpe Palma Carlos, o 28 de Setembro, o 11 de Março. Não duvidam que foi o 25 de Abril de 1974 o acto fundador do regime democrático em que hoje vivemos e o processo revolucionário o seu período de gestação. Do lado de lá da fronteira, estão os que, incapazes de compreender, ou de aceitar, a instabilidade da movimentação social que acompanharia a recuperação da liberdade nunca perdoaram o 25 de Abril, ou o acolheram com reservas. Pretendem que é ao 25 de Novembro que se deve o actual regime, como se este fosse o herdeiro natural de uma liberalização do marcelismo e como se o "interregno" entre o 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 fosse uma nódoa a banir da nossa memória histórica.

É entre os que se encontram do lado de cá da fronteira que o diálogo é útil e a reflexão pode ser frutuosa. E as páginas de *O Referencial* são o seu espaço próprio.

No meu livro "Questionar Abril..." pude, com mais espaço, desenvolver a argumentação que me leva a considerar errado situar no 25 de Novembro o termo do processo revolucionário. Erro de análise, porque não tem em conta que as possibilidades de prosseguirem as transformação políticas sociais, culturais e económicas que o 25 de Abril desencadeara, não foram inviabilizadas com o 25 de Novembro. Erro político, porque tal interpretação dá argumentos aos que estão do outro lado da fronteira.

Os "militares de Abril" e, em geral, os portugueses que se identificam com o 25 de Abril, são unânimes em considerar que a Constituição da República Portuguesa de Abril de 1976 é um instrumento formalizador de uma democracia avançada, perfeitamente identificado com os ideais progressistas do 25 de Abril e do Programa do MFA. A verdade é que a Constituição se seguiu ao 25 de

(Continua na pág. 20)

Vamos aprender Bridge! (50)

Dedicámos os últimos sete artigos ao tema especifico do JOGO DE FLANCO, componente com características e dificuldades próprias no jogo de BRIDGE.

Iremos, a partir deste número, debruçar – nos sobre os problemas colocados com o CARTEIO, procurando analisar a questão e apresentar uma série de regras que poderão (julgamos!) melhorar ou cimentar as vossas prestações à mesa de jogo.

1. O CARTEIO

Marcado que foi um contrato importará agora que o jogador, que primeiramente anunciou o naipe em que vai ser jogado, desempenhe as funções de carteador, procurando fazê-lo de forma eficiente o que se traduz, na prática, na obtenção do maior número de vasas possível, ainda que não dispensando apertados critérios de segurança na sua execução.

Para além do jeito, da muita prática e da natural intuição não deverá, nenhum jogador, desdenhar a aquisição do maior número de conceitos técnicos que poderão contribuir para um mais eficaz desempenho da tarefa do carteio de cada mão.

Serão esses conceitos técnicos, visando a escolha da melhor linha de jogo ou da mais adequada opção, que constituirão o núcleo duro da abordagem que nos propomos fazer à delicada questão do CARTEIO.

Reforçando o interesse que o tema apresenta, permito-me citar CLAUDE DELMOULY (conhecido campeão e teorista francês) que, sobre o assunto, afirmou:

" Os bons resultados no bridge conseguem-se com a produção de leilões inspirados desde que, depois, com carteios desastrosos, se não destruam as hipóteses de sucesso obtidos com as marcações".

1.1. O PLANO DE JOGO

Mais uma vez aproveito para realçar o muito que o jogo do Bridge tem de comum com a táctica militar e com a técnica de gestão empresarial.

Senão vejamos:

- Haverá ou não, em qualquer dessas actividades profissionais, que planear a melhor forma de utilizar os nossos meios, recursos ou potenciais?
- Importará ou não, a militares e a gestores, conhecer ao máximo os adversários e a concorrência, para assim melhor poderem competir com eles e mais eficazmente atingirem os seus objectivos?
- Não deverão os generais conhecer o campo de batalha e os empresários o mercado em que operam para se aproveitarem das vantagens que os mesmos oferecem e se precaverem, com medidas de segurança, contra perigos que, eventualmente, ocultem ?

É óbvio que sim, mas o que é mais curioso é que, no CARTEIO, o jogador encarregado do mesmo terá, **obrigatoriamente**, que entrar em linha de conta com estes e outros factores, sob pena de não desempenhar com eficácia a tarefa de que se encontra investido. Depois desta longa diatribe eis que aparece um importante PRINCÍPIO:

- Após a SAÍDA do ADV da esquerda faça uma pausa, procure descriptar o significado da carta de saída (neutra? agressiva?), rememorize o leilão, analise o morto em conjugação com o seu jogo e com a carta de saída e elabore o PLANO DE JOGO que melhor se adeque ao cumprimento do contrato **e só depois** é que deverá jogar a 1ª carta do morto.

Nunca se precipite! Tenha calma, pois a primeira jogada, **não poucas vezes**, condiciona o restante carteio.

É melhor à saída prevenir-se contra eventuais contratempos (más distribuições, mão perigosa, etc.) do que a meio do carteio tentar remediar o que muitas vezes já não tem solução, confirmando o aforismo de que: "Quem torto nasce…".

1.1.1 O PLANO DE JOGO EM ST

Os princípios gerais que norteiam a elaboração dos PLANOS DE JOGO são os mesmos, quer os contratos sejam marcados em ST ou em naipe. No entanto como cada um desses diferentes tipos de contrato tem características específicas, iremos particularizar cada um dos Planos, consoante se tratem de contratos em ST ou trunfados.

Na elaboração do Plano de Jogo em ST o carteador deverá seguir os seguintes passos:

1- Tentar identificar que tipo de saída está subjacente à carta jogada pelo ADV. O ADV fez uma saída neutra ou agressiva? Saiu a uma 4ª ou a uma 3ª ou 5ª carta ou a uma 1ª?

2- Contar as VASAS GANHANTES À CABEÇA ou RÁPIDAS, isto é, o número de vasas que pode fazer **sem dar a mão ao ADV**.

3- Escolher o NAIPE (ou NAIPES) A APURAR para, ainda que cedendo a mão uma ou mais vezes ao ADV conseguir outras vasas para além das ganhantes à cabeça.

4- Equacionar as COMUNICAÇÕES, entre a sua mão e o morto, necessárias para a exploração das cartas apuradas ou para a realização de passagens.

5- Precaver-se contra distribuições anormais ou desfavoráveis, tomando as necessárias medidas de SEGURANÇA logo na 1ª vasa.

6- Identificar o ADV que tem a MÃO PERIGOSA, por forma a ORIENTAR as eventuais passagens para o outro lado ou tentando CORTAR AS COMUNICAÇÕES entre os ADV.

7- Procurar tirar partido da ACUMULAÇÃO DE HIPÓTESES, evitando jogar tudo numa passagem ou numa determinada distribuição, em síntese, não colocando todos os ovos no mesmo cesto.

8- Considerar o número de vezes que deve dar a mão ao ADV, ponderando se esse número é compatível com o cumprimento do contrato ou se, caso contrário, não haverá outra linha de jogo possível e/ou mais segura.

9- Tentar preparar um final de jogo com a COLOCAÇÃO EM MÃO (*MISE EN MAIN*) de um determinado ADV, obrigando este a ter que, sem alternativa, se voltar para as suas "fourchettes".

10- Analisar se o Plano que elaborou não tem problemas de BLOQUEIO de algum ou alguns naipes e, caso exista esse perigo, prevendo as medidas adequadas contra essa ameaça.

Hoje o artigo foi muito teórico/descritivo. Prometo que os próximos terão um cunho iminentemente mais prático, que os tornará naturalmente mais sugestivos.

Não poderei terminar sem expressar um último alerta: *A jogar Partida Livre ou Torneio de Equipas (IMPS)* o carteador deve nortear o seu Plano de Jogo por um apertado critério de SEGURANÇA, **nunca** tentando fazer uma vasa a mais se o contrato for **minimamente** posto em risco. Se estiver a jogar Torneios de Pares (MATCH-POINTS), em que o TOP é uma ambição legítima, já a eventual realização da vasa a mais poderá sobrepor-se aos mais elementares conceitos de SEGURANÇA, o que consubstancia a perversidade inerente a este tipo de provas.

Nos exemplos que apresentarmos nos próximos artigos será procurada, **sempre**, uma solução em que o critério de SEGURANÇA esteja prioritariamente presente, visando, com esta medida, automatizar e interiorizar este conceito nos nossos leitores. •

Até ao próximo número
Luís Galvão

(Continuação da pág. 18)

Novembro. Para uns terá sido possível **apesar** do 25 de Novembro. Para outros, **devido** ao 25 de Novembro. Uma coisa é inquestionável , porque real e não especulativa: houve o 25 de Novembro de 1975 e houve a Constituição de 1976. O regime político que vigora, sendo o da Constituição de 1976, é o que foi fundado em 25 de Abril de 1974. As práticas políticas que, neste regime constitucional, tantas vezes têm suscitado as nossas reservas, podem pôr em causa a utilização que tem sido feita do regime, mas não o regime em si.

* * *

É exactamente por isto que, aqueles que queriam um 25 de Novembro contra o 25 de Abril, nunca desculparam aos responsáveis político – militares que controlaram os acontecimentos do 25 de Novembro, por não terem ido tão longe quanto eles desejavam. Por, na sua linguagem, não terem feito a "exploração do sucesso", ou seja, um regresso ao 24 de Abril expurgado do marcelismo e da guerra colonial.

O alvo principal da sua frustração recriminatória foi, e continua a ser, Melo Antunes, por, ainda com os acontecimentos a quente, ter declarado perante as câmaras de televisão que o Partido Comunista continuava a ser indispensável no processo político português.

Confirmando o que revelei recentemente em comentário no TV-2 Jornal, creio ser este o local e o momento apropriado para deixar registada, não só a minha identificação com a posição então assumida por Melo Antunes, como até a minha co-responsabilização na sua iniciativa.

Eu passara a tarde e parte da noite de 25 de Novembro de 1975 a percorrer a área da região Militar do Sul, que então comandava, contactando, não só com as unidades militares mas procurando aperceber-me da situação geral e transmitir uma palavra de confiança às populações, então em grande parte identificadas com o Partido Comunista e, se bem que em menor grau, com as forças políticas mais à esquerda. Não foi difícil verificar uma inquietação generalizada e receios pela evolução dos acontecimentos. Mas, o contacto com dirigentes partidários também me levou à convicção de que o Partido Comunista era alheio aos acontecimentos das acções militares daquele dia.

No dia seguinte, no meu gabinete, reflectindo sobre a situação com o então Governador Civil de Évora , que era o capitão José Luís Cardoso, genuíno militar do MFA e com quem eu mantinha um contacto frequente e uma frutuosa colaboração, concordámos na necessidade de uma palavra responsável e tranquilizadora, indispensável para a desejável normalização que deveria seguir-se. Foi assim que entrei em ligação telefónica com o Melo Antunes, que partilhou as preocupações que lhe expus e as transmitiu aos camaradas do Conselho da Revolução que com ele estavam no Palácio de Belém.

É nesta sequência que surge a tomada de posição pública do Melo Antunes na RTP em 26 de Novembro de 1976, com a serenidade e a responsabilidade que ele sabia transmitir àqueles seus actos. Os desenvolvimentos posteriores vieram a confirmar como ela plenamente se justificou. •

PEDRO PEZARAT CORREIA

Espaço do Vicente